




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Política urbana e patrimônio histórico-cultural: o centro e o pericentro no Rio de Janeiro

Evelyn Furquim Werneck Lima¹, PPGAC/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, evelyn.lima@unirio.br.

Leonardo Marques de Mesentier², UFF/IPHAN, lmesentier@id.uff.br

¹ Pesquisador 1-C do CNPq Professor titular do PPGAC/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadora do Projeto CNPq: Estudos de áreas históricas_Espaço e Memória.

² P- Arquiteto do Centro Lucio Costa-IPHAN/UNESCO, Professor do PEP/IPHAN; Professor adjunto da EAU e PPGAU/UFF:

RESUMO

Este artigo busca contribuir para a discussão da integração necessária entre as políticas de planejamento urbano e as políticas de preservação do patrimônio cultural, no âmbito das intervenções em bairros periféricos à área central do Rio de Janeiro. Parte dessa área integra a zona inscrita na lista do **Patrimônio Mundial pela UNESCO, como Paisagem Cultural Urbana**. A partir de uma perspectiva teórica, identificam-se as consequências da dinâmica intraurbana do centro e do pericentro do Rio de Janeiro para o tecido social que se formou associado ao ambiente construído de valor patrimonial e que merece ter preservada a sua identidade cultural.

Palavras Chave: dinâmicas urbanas; patrimônio cultural; áreas pericentrais; identidade cultural, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

In this article, we aim to discuss the necessary integration between urban planning policies and policies of heritage preservation concerning interventions in the peripheral districts to the central area of Rio de Janeiro. Part of this area is already listed in the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) World Heritage List as Urban Cultural Landscape. Departing from a theoretical approach, we identified the consequences of the urban dynamics in the centre and peripheral centre regarding the social tissue of these areas, which should maintain its cultural identity.

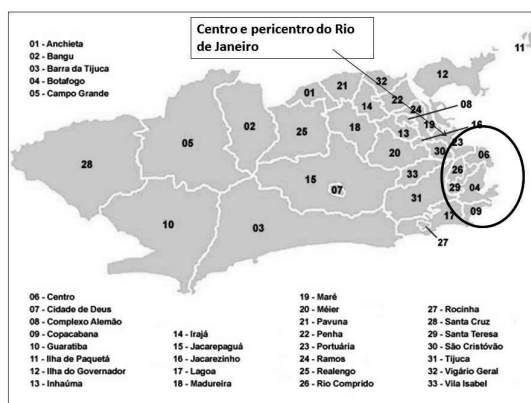
Keywords: urban dynamics; cultural heritage; peripheral areas; cultural identity; Rio de Janeiro

POLÍTICA URBANA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: O CENTRO E O PERICENTRO NO RIO DE JANEIRO

Na contemporaneidade, as grandes cidades vêm passando por complexos processos de reestruturação urbana; e a relação da política urbana, com a política de preservação do patrimônio histórico-cultural tem ganhado relevo. No caso da cidade do Rio de Janeiro, desde a assinatura do Plano Diretor de 1992 e do Estatuto da Cidade de 2001, não se deve propor ações de intervenções urbanísticas sem considerar previamente os bens de valor cultural que devem ser preservados.

Face a essa conjuntura, este artigo busca contribuir para a compreensão sobre a integração dessas políticas, no âmbito da abordagem de intervenções em áreas mais antigas, analisando a área central do Rio de Janeiro. Parte dessa área integra a zona inscrita na lista do **Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2012 como Paisagem Cultural Urbana, e ainda um trecho do que foi considerado como a Zona de Amortecimento, associada a essa inscrição.**

Neste estudo delimitou-se a área a ser investigada abrangendo a região definida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro como o Centro do Rio de Janeiro e que coincide com os limites da II Região Administrativa (RA)¹ do município. O território de 5,72 km² (572 hectares) integra a Área de Planejamento 1, juntamente com os bairros que compõem a I RA: Portuária (Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju), III RA Rio Comprido (Catumbi, Rio Comprido, Cidade Nova e Estácio), VII RA São Cristóvão (São Cristóvão, Mangueira, Benfica e Vasco da Gama), XXI Ilha de Paquetá (Paquetá) e XXIII Santa Teresa (Santa Teresa).



Tendo selecionado a essa área como referência histórico-concreta e como estudo de caso da pesquisa, primeiramente abordou-se o processo histórico de formação do tecido urbano da área central e do pericentro na cidade em análise, para, posteriormente, buscar-se reconhecer, no contexto da contemporaneidade e a partir de uma perspectiva teórica, as consequências da dinâmica intraurbana do centro e do pericentro para o tecido social associado ao ambiente construído de valor patrimonial.

Dentro do conjunto de objetos de estudo associados à temática da relação da política urbana com a política de preservação do patrimônio histórico-cultural, a análise feita neste artigo aponta, por um lado, para as relações e as transformações nas áreas centrais, face à reestruturação da economia, bem como das relações entre economia e território; e, por outro lado, para os problemas da relação do tecido social com a memória urbana, frente a esse processo de transformação.

No âmbito da investigação, o enfoque na relação entre a política urbana e política de patrimônio, bem como o papel dos vínculos orgânicos entre o tecido social e o tecido urbano, apontam para a necessidade de uma reavaliação das intervenções que têm sido aplicadas no pericentro do Rio de Janeiro. O objetivo deste ensaio é, portanto, refletir sobre esse processo no caso do Rio de Janeiro, indagando:

(i) Como o atual desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro está impactando o tecido social da área central e, conseqüentemente, a relação do patrimônio cultural com a memória social?

(ii) Quais os impactos sobre a cultura urbana da desagregação do tecido social, decorrente do deslocamento dos moradores que tradicionalmente ocupavam as áreas de valor patrimonial?

(iii) Como a perda dos vínculos orgânicos entre ambiente construído - enquanto suporte da memória e identidade - e o tecido social, enquanto portador efetivo da memória e da identidade, pode afetar as relações intersubjetivas na cidade?

Responder a essas questões requer uma análise sobre a relação entre tecido urbano, tecido social, memória e identidade.

A FORMAÇÃO DO PERICENTRO NO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

A partir da segunda metade do século XIX, com intenso crescimento demográfico no Rio de Janeiro, decorrente de transformações políticas, econômicas e sociais, associadas ao processo de expansão da economia cafeeira, a transição do escravismo para o assalariamento e à formação das primeiras indústrias, a cidade do Rio de Janeiro alcançou um significativo crescimento.

Num curto período de 32 anos, entre 1838 e 1870, a população da cidade cresceu 72%, tendo as “freguesias urbanas”, isto é, as áreas mais próximas do Centro, neste mesmo período alcançado um crescimento de 97% (Abreu, 2013: 39) Entre 1872 e 1890 o crescimento acelerado da cidade prosseguiu, tendo as “freguesias urbanas” passado de 228.743 habitantes para 429.745 habitantes – um crescimento de 88% (Abreu, 2013: 54). Pode-se assim indicar que a população das “freguesias urbanas” quadruplicou entre 1838 e 1890, e que a maior parte dessa expansão se deu na área que hoje corresponde ao centro e ao pericentro.

Instaurou-se na cidade uma verdadeira crise de moradias, que atingiu principalmente as camadas mais pobres da população. A necessidade de moradias baratas para o crescente contingente de trabalhadores que precisavam se estabelecer junto ao centro para garantir sua sobrevivência, e a possibilidade de obtenção de bons rendimentos por parte dos privilegiados proprietários e arrendatários de prédios e terrenos fizeram com que se construíssem, na cidade, novos tipos de habitações coletivizadas. Essas habitações variavam desde estalagens a casas de cômodo e

cortiços, moradias estas que, pela aglomeração de pessoas, reduzia drasticamente a higiene da habitação, provocando constantes epidemias na cidade. (Vaz, 2002)

Na rápida expansão urbana da segunda metade do século XIX, a população mais pobre se dirigiu para áreas que na época correspondiam à periferia da cidade. No final do século XIX, os bairros em torno do centro da cidade do Rio de Janeiro – Saúde, Gamboa e Santo Cristo, São Cristóvão, Estácio, Cruz Vermelha, Lapa, Santa Tereza, Glória, Catete e parte do Flamengo – já estavam densamente ocupados.

Em processo de desenvolvimento acelerado, já durante as décadas de 1870 e 1880 começa a se constituir a visão urbanística de que a cidade precisa estabelecer um bairro central de negócios, na área que deu origem à cidade. Nesse sentido, tornaram-se mais incisivas as restrições para construção de cortiços em várias áreas do centro e, ao final do século XIX, proibiu-se a realização de empreendimentos para uso habitacional na área central.

Por outro lado, com a reforma urbana realizada por Pereira Passos, já no início do século XX, ocorreram grandes intervenções urbanísticas, que foram coroadas com a abertura da Avenida Rio Branco. Naquele período, foi ordenado o fechamento de algumas dessas habitações consideradas intoleráveis e a imposição da realização de melhoramentos nas mesmas, culminando por proibir a realização de novos empreendimentos habitacionais na área central, sem mencionar a demolição de cortiços e casa de cômodos (Rocha, 1986). Porém, nos bairros pericentrais – Saúde, Gamboa e Santo Cristo, São Cristóvão, Estácio, Cruz Vermelha, Lapa Glória e Santa Tereza – a habitação continuou a ser permitida.

Mesmo que não se articulem como tecidos homogêneos, estes bairros mais antigos do Rio de Janeiro apresentam numerosas qualidades urbanas e morfológicas que permitem observar certa harmonia na ambiência. Os alinhamentos e os ritmos do parcelamento da terra, com terrenos estreitos e compridos, volumetrias de gabaritos médios e baixos, materiais de revestimentos similares e sistemas construtivos análogos, com algumas raras exceções, conformam a fisionomia da paisagem edificada (Lima, 2004).

Assim, a partir da constituição do Bairro Central de Negócios (CBD – Central Business District), com eixo na Avenida Rio Branco, estas áreas, o centro e os bairros na sua periferia, passaram a ser vistas como parte da cidade “velha” e local associado ao trabalho. Apesar da proibição, o uso habitacional jamais desapareceu completamente do Centro e continuou a se expandir nos bairros vizinhos ao Centro. No entanto, ao longo do século XX, esse uso se reduziu significativamente na área central, causando a substituição do uso do solo habitacional pelo uso do solo para fins empresariais, comerciais e de serviços. (Lima et al, 1992).

Os agentes imobiliários, atuando em parceria com os empresários de transporte público, também contribuíram para a ocupação de áreas mais distantes e então pouco densas, posto que estas áreas possibilitavam mudanças mais lucrativas do uso do solo. Na outra ponta, aos novos moradores, aquelas áreas se apresentavam como mais aprazíveis e menos congestionadas. Esta combinação gerou uma tendência, de duração secular, de afastamento das camadas de maior renda para áreas mais distantes do centro e do esvaziamento da atividade de moradia no centro e pericentro.

Esses imóveis, no entanto, estão habitados por uma população cuja renda é quase sempre insuficiente para garantir uma boa conservação dos imóveis e cuja arquitetura implica em sistemas construtivos artesanais, que por isso mesmo, são de cara manutenção e restauro.

Paralelamente, esse processo da dinâmica urbana criou vínculos orgânicos entre o tecido social e o tecido urbano, construindo uma relação entre os suportes urbanos da memória que constituem referências de identidade, contribuindo assim para a de formação de uma dinâmica de memórias e identidades coletivas na cidade. Vale acrescentar ainda que, por outro lado, residir no pericentro é fundamental para essa população; visto que significa morar perto do local de trabalho e dos serviços públicos e privados que a região periférica ao centro oferece.

A DINÂMICA ECONÔMICO-SOCIAL DO CENTRO E PERICENTRO, NA ATUALIDADE - 1980 A 2010.

O município do Rio de Janeiro é a capital do Estado do Rio de Janeiro; Estado brasileiro com um PIB superior ao do Chile. É também o município mais importante da 2ª maior região metropolitana do país, com aproximadamente 11 milhões de habitantes, portanto, praticamente 2/3 da população do Estado vivem na região metropolitana.

Como já foi dito, uma parcela relevante do ambiente construído do centro e do pericentro do Rio de Janeiro (Iª e IIª RA) possui reconhecido valor patrimonial e o centro do Rio de Janeiro também desempenha o papel simbólico de centro da “cidade metropolitana”. Observou-se, a partir do final dos anos 1970, o processo de esvaziamento do Centro com a migração de algumas empresas do bairro, em especial para Botafogo, sem contar que as obras do metrô implicaram muitas desapropriações que expulsaram pequenas empresas da área central.

Porém, mais recentemente, a atividade econômica da região central reativou-se sendo atualmente a mais relevante para a cidade e para a região metropolitana, acentuou-se em função das políticas públicas. No núcleo dessa área, o bairro central concentra uma importante soma de recursos urbanos, visto que no Centro, localizam-se:

- I) o principal centro financeiro do Estado, e o segundo centro financeiro do País, além da presença significativa de empresas estatais, como o BNDEs e a CEF, e abriga a sede das duas maiores empresas nacionais (brasileiras) com destaque no cenário internacional: a Vale do Rio Doce (privatizada) e a Petrobrás (estatal);
- II) uma grande concentração de centros culturais da cidade, museus, bibliotecas e salas de espetáculo de cinema e teatro, sendo possivelmente a área da cidade mais bem dotada de equipamentos culturais;
- III) amplo e diversificado comércio: da butique “de luxo” ao camelô “da pechincha” - combinado com a diversificada prestação de serviços públicos e privados;
- IV) diversas instituições de ensino, incluindo aproximadamente 20 locais de ensino universitário. Hoje estima-se em 50.000 mil o número de universitários estudando no centro do Rio de Janeiro;

V) importantes órgãos do setor público, federal, estadual e municipal e de organismos da sociedade civil, dos quais são exemplo, a Associação Comercial e vários sindicatos;

VI) importantes recursos da mobilidade urbana da cidade, incluindo: o aeroporto, terminais ferroviários e rodoviários; linhas de ônibus, metrô, VLT e trens;

VII) hotéis e restaurantes; botequins e bares - este setor encontra-se também em fase de expansão no Centro apresentando um crescimento significativo com a abertura de novas unidades e investimentos para a melhoria de unidades já existentes;

VIII) imponentes praças e parques públicos da cidade e a presença de diversos imóveis e áreas urbanas de valor cultural constituindo um ambiente construído com uma excepcional qualidade histórico-cultural.

Segundo dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, entre 1970 e 2000 as áreas centrais e pericentrais, correspondentes a Zona de Planejamento AP1, perderam quase 27% de sua população residente:

No período entre 1991 e 2000 a população decresceu à taxa de 12,6%, a maior entre todas as regiões do município. O Centro (-20,3%) e São Cristóvão (-15,1%) sofreram os maiores decréscimos populacionais, seguidos de Rio Comprido (-10,5%), Zona Portuária (-9,3%) e Santa Teresa (-7,6%). Apenas na RA de Paquetá foi registrado neste período um crescimento demográfico de (+5,0%).³

Assim, enquanto a população do Centro e dos bairros a ele vizinhos (pericentro) decrescia, as atividades empresariais de comércio e serviços se consolidavam no Centro, avançando em direção aos bairros pericentrais, como se vê no quadro em seguida. Os dados oficiais obtidos pelo Ministério do Trabalho em 2008 apontaram para o seguinte cenário:

	Participação percentual nos postos de trabalho formais em serviços em 2008	Arrecadação do ISS em 2007
2 Centro	25,70	651373528,72
1 Portuária	1,35	46281758,13
7 São Cristóvão	3,98	54949989,89
3 Rio Comprido	7,87	61360753,52
23 Santa Tereza	0,11	1915526,20
4 Botafogo	6,95	291926067,29
Total	45,96 %	1107807624,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Adaptado de:* <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>

³ Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (DOM-RJ) de 15 de Junho de 2015, p.84, Anexo iv do edital - Gestão das unidades de saúde pela organização social: informações sobre o território – ap 1 – CER Centro e hospital maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/93839961/dom-rj-normal-15-06-2015-pg-84>

Porém, segundo o quadro anterior o Centro do Rio era responsável, em 2008, por aproximadamente 25% dos empregos do setor de serviços do município do Rio de Janeiro e somada a participação dos empregos do setor de serviços nos bairros pericentrais esse total alcança 45,96% dos empregos no setor de serviços na cidade. Em 2007 o Rio de Janeiro arrecadou em R\$ 1.903.125.726,90⁴ em ISS (Imposto Sobre Serviços), naquele ano Centro também foi responsável por 34,23% desse total e, somado a área do pericentro, arrecadou 58,21% desse total. Esses dados indicam que centro e pericentro constituem-se no coração da produção de serviços na cidade do Rio de Janeiro.

A partir de 1985 se inicia uma importante mudança na participação dos setores da produção no PIB brasileiro. Enquanto o Setor Industrial reduzia sua participação relativa no PIB nacional de 42,19% em 1985 para 32,29% em 1998, o Setor de Serviços ampliava sua participação, passando de 46,63% em 1985 para 59,70% em 1998.⁵ Em 2015 a agricultura respondia por 3,75 %, a indústria por 22,47 %, e os serviços por 73,78 % do PIB brasileiro, indicando que, no Brasil, o centro dinâmico da economia brasileira havia se deslocado para o setor de serviços.⁶

Assim, pode-se concluir que do ponto de vista da produção econômica a área formada pelo centro e pericentro da cidade do Rio de Janeiro passou a constituir a principal área da cidade, por abrigar uma das maiores parcelas do setor mais dinâmico da economia urbana.

A REESTRUTURAÇÃO URBANA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA ÁREA CENTRAL E DO PERICENTRO DO RIO DE JANEIRO

Nas décadas de 1980 e 1990, inicia-se um debate focado na necessidade de revitalização do centro. Nesse processo, ocorreu um conjunto diverso de ações que buscam uma efetiva revalorização do centro, com o reconhecimento bem mais amplo do valor do patrimônio cultural edificado, com a implantação de Centros Culturais, com a ampliação e criação de museus na área central e constitui-se a perspectiva que considera inclusive a necessidade retomada do uso habitacional do centro. Trata-se, portanto, de uma reversão das tendências e expectativas de longa duração, em relação ao final do século XIX.

Nos desdobramentos desse processo, áreas urbanas de valor patrimonial, antes esvaziadas e/ou abandonadas, começam a ser ocupadas por atividades ligadas ao lazer cultural, como ocorreu nas áreas da Lapa; da Praça XV, no trecho entre o Paço Imperial e Centro Cultural Banco do Brasil, no eixo da rua Sacadura Cabral, no trecho que vai do Largo de São Francisco da Prainha até a altura do Cais do Valongo. Além disso, realizam-se, com sucesso, empreendimentos imobiliários com fins habitacionais e comerciais.⁷

Pode-se, resumir a ação do Poder Público, nesse primeiro momento, que se inicia em meados dos anos 1980, apontando que, as políticas públicas se caracterizam, principalmente, pela criação de APACs (Áreas de Proteção ao Ambiente Cultural) e, ao mesmo tempo, com a atribuição de

⁴ Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Adaptado de: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>

⁵ Adaptado de Medina e Silva, 1999.

⁶ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtm>

⁷ Como, por exemplo, o “Cores da Lapa”, e os diversos empreendimentos em construção na zona portuária.

É evidente que requalificando os espaços públicos, como ruas, avenidas, largos e praças, melhorando a infra-estrutura e iluminando locais de encontro dos residentes, já se inicia um processo de valorização da área. Mas o perigo maior ocorre quando esta mesma valorização causa o aumento imediato dos aluguéis e dos impostos, expulsando a população residente, muitas vezes constituída de famílias tradicionais de antigos trabalhadores que acabam buscando abrigo na periferia ou nos morros da cidade, para não arcar com os novos ônus (3). Os planos de ações urbanísticas e sociais devem ser acionados nos órgãos competentes, no sentido de não expulsar a população, mas, mantê-la ao promover a reabilitação dos imóveis. (Lima, 2002)

Infelizmente, os projetos pontuais de revitalização em geral desassocia a concepção do espaço urbano das políticas sociais. A quantidade de áreas degradadas geradas no período pós-industrial e os processos empregados para sua reestruturação originam a ideia de cidade como um conjunto de bolsões fragmentados. Novas atividades substituem as atividades antes existentes no tecido urbano ainda remanescente, provocando a desestruturação social. Estes projetos vão redesenhar extensas áreas com diferentes programas e instalações, concentrando grandes estruturas arquitetônicas espetaculares que valorizam o solo de toda a área adjacente. É até possível entender que a arquitetura cenográfica possa aumentar a auto-estima de cidadãos viajados de classe média. Percebe-se também que é uma das estratégias para atrair investimentos internacionais para o município que sofreu a transformação cênica. Porém os espaços anteriormente destinados às trocas de sociabilidade, o verdadeiro “espaço vivenciado” como define Henri Lefebvre, passa à condição de “representação de um espaço artificial”, desvinculado dos residentes e usuários, visto que constituído de uma só vez, sem considerar as tradições e as identidades locais (Lefebvre, 1974)



Áreas preservadas no centro do Rio de Janeiro -1987: adaptado de Mesentier 1995.

Assim, observa-se que expansão da produção do setor de serviços - que se tornou o setor dinâmico da economia - e especificamente, o crescimento dos serviços de cultura e lazer, que estão ocorrendo nas metrópoles e grandes cidades, trazem transformações, que têm implicado,

consequentemente, numa dinâmica de reestruturação da dinâmica intraurbana, que se apresenta de forma mais expressiva nas áreas centrais e nos bairros circunvizinhos as áreas centrais, aqui denominadas de áreas pericentrais.

Nesse contexto, recentemente, a reestruturação das áreas centrais e pericentrais tornou-se o principal objeto dos grandes projetos de intervenção urbana, e tem sido habitual, no âmbito desses projetos de reestruturação, serem inseridas ações destinadas à recuperação do patrimônio cultural edificado, quase sempre se encontra em estado de degradação, nas áreas periféricas ao centro.

O empenho de investimentos no patrimônio decorre, como já foi dito, do potencial para a qualificação cultural do ambiente urbano inerente ao patrimônio. As possibilidades de qualificação do ambiente das cidades atuam no sentido de favorecer o desenvolvimento de atividades produtivas, pelas quais certas atividades do setor de serviços agregam ao seu valor a qualidade ambiental da localização, como ocorre, por exemplo, com as atividades relacionadas ao turismo, ao comércio, ao lazer e à cultura.

Na passagem dos anos 1980 e 1990 do século XX, surge um novo olhar sobre o patrimônio cultural, associado ao desenvolvimento da economia de serviços, com destaque para o desenvolvimento da produção artístico-cultural. Um olhar que vê um potencial econômico relevante no patrimônio. Esse olhar incide de maneira em especial sobre as áreas urbanas patrimoniais das grandes aglomerações urbanas, que deixam de ser vistas como o tecido urbano “velho” da cidade, para serem vistas como “repositório da história e da cultura urbana”, por isso mesmo, com grande potencial econômico e social.

Decorrem desta conjuntura a perspectiva de gentrificação das áreas pericentrais, especialmente naquelas manchas urbanas que formam os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de valor patrimonial. Como consequência, emergem processos nos quais os conjuntos edificados de valor patrimonial, que se constituem em suporte da memória e representação das identidades coletivas, acabam por serem ocupados por uma nova população, com a expulsão dos antigos moradores e a inserção de novos segmentos atraídos pela denominada indústria criativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A REESTRUTURAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DAS CIDADES: DINÂMICA IMOBILIÁRIA E SEGREGAÇÃO SÓCIO TERRITORIAL E SEUS IMPACTOS CULTURAIS.

No decorrer da pesquisa constatou-se que:

- I) Ao longo do século XIX e início do século XX a área central do Rio de Janeiro e especialmente os bairros que fazem fronteira com a área central foram ocupados pelo uso habitacional, uma ocupação que se torna menos intensa na área central, a partir do início do século XX, mas que prossegue de forma bastante intensa nos bairros vizinhos ao centro, pelo menos até os anos 80 do século XX. Essa ocupação criou vínculos orgânicos entre o tecido social e o tecido urbano, construindo uma relação entre os suportes urbanos da memória que constituem referências de identidade, contribuindo assim para a de formação de uma dinâmica de memórias e identidades coletivas na cidade.

- II) Nas décadas de 1980 e 1990, do ponto de vista da produção econômica a área formada pelo centro e pericentro da cidade do Rio de Janeiro passou a constituir a principal área da cidade na produção de serviços, o setor mais dinâmico da economia urbana metropolitana, na contemporaneidade. Essa nova dinâmica passa a produzir um importante processo de mudança de uso do solo na área central: enquanto a população do Centro, e dos bairros a ele vizinhos (pericentro), decrescia, as atividades empresariais de comércio e serviços se consolidavam no Centro, avançando em direção aos bairros pericentrais, pressionando o uso habitacional nas áreas pericentrais por meio de uma disputa entre o uso do solo para fins empresariais, de serviços e de comércio e serviços, com maior valor de mercado, e produzindo, de modo geral, a gentrificação do uso do solo.
- III) Após um processo marcado pela edição de APACs que visavam a preservação do ambiente construído de valor patrimonial nas décadas finais do século XX, e com a implantação de Centros Culturais na área Central, como o Paço Imperial, o CCBB, o Centro Cultural dos Correios, a Casa França Brasil, Cine Odeon – Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro, o Centro Cultural da Justiça, Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica, um segundo momento inicia-se em meados dos anos 1990 e entra pelo novo milênio, caracterizando-se por investimento de recursos em intervenções urbanas direcionadas à recuperação física do patrimônio cultural edificado, reurbanização das áreas públicas, a rearticulação do sistema viário para garantir uma melhor acessibilidade e o surgimento de novos centros culturais, como o MAR e o Museu do Amanhã, na Zona Portuária; e o **Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB); que se combinaram a muitos outros centros já existentes, como a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional e outros.**
- IV) A partir da virada para o século XXI, ocorre uma retomada do dinamismo do Centro, com expansão sobre o pericentro, por meio da ocorrência de novos empreendimentos e da valorização imobiliária. Nesse contexto, apesar da valorização do ambiente construído de valor patrimonial, continua a ocorrer deslocamentos da população de menor renda, pois não se elaboram e implementam ações urbanísticas e sociais no sentido de manter a população. Assim, observa-se um processo de gentrificação que está produzindo uma separação e uma desagregação da relação entre tecido social e o tecido urbano, e, conseqüentemente, produzindo um esgarçamento nas relações entre ambos, com impacto sobre a dinâmica da constituição de memórias e identidades sociais na cidade. Os espaços anteriormente destinados às trocas de sociabilidade, o verdadeiro “espaço vivenciado”, passa à condição de “representação de um espaço artificial”, desvinculado daquele tecido urbano portador da memória viva vez e de vínculos de identidade historicamente constituídos.
- V) Decorre desta conjuntura a perspectiva de gentrificação do centro e das áreas pericentrais, especialmente naquelas manchas urbanas que formam os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos de valor patrimonial. Como consequência, emergem processos nos quais os conjuntos edificados de valor patrimonial, que se constituem em suporte da memória e representação das identidades coletivas, acabam por serem ocupados por uma nova população, com a expulsão dos antigos moradores e a inserção de novos segmentos.

Agora é possível voltar às questões propostas inicialmente neste artigo: (i) Como o atual desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro está impactando o tecido social da área central e, conseqüentemente, a relação do patrimônio cultural com a memória social? (ii) Quais os impactos sobre a cultura urbana da desagregação do tecido social, decorrente do deslocamento dos moradores que tradicionalmente ocupavam as áreas de valor patrimonial? (iii) Como a perda dos

vínculos orgânicos entre ambiente construído - enquanto suporte da memória e identidade - e o tecido social, enquanto portador efetivo da memória e da identidade, pode afetar as relações intersubjetivas na cidade?

A primeira conclusão da observação desse processo é de que há uma importante interação entre o processo de mudança de uso do solo, que desloca populações e desagrega o tecido urbano e a dinâmica de formação da memória e das identidades coletivas na cidade. O que se observou é que a cidade do Rio de Janeiro vive um processo em que as populações tradicionais estão sendo deslocadas e isso irá afetar a relação desses grupos sociais com suas referências de memória e identidade.

Maurício Abreu afirma, com razão, que a memória do lugar é o lócus do coletivo, pois a memória do lugar ou de uma cidade é a própria memória coletiva (Abreu, 1998: 77-78). O teórico francês Maurice Halbwachs foi quem mais profundamente estudou a memória coletiva conceituando-a como um conjunto de lembranças construídas e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. Afirma ainda que a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo que retém do passado somente aquilo que está vivo ou é capaz de viver da consciência de um grupo (Halbwachs, 1950). Para Halbwachs, se a memória pode ser uma propriedade individual, nossas lembranças são referenciadas por lugares e datas que só fazem sentido em relação ao meio ao qual pertencemos (Halbwachs, 1950: 5).

O final dos conceitos divulgados pelo Iluminismo, que pregava a ideia de progresso e de um tempo homogêneo e linear, deflagrou um desejo profundo da busca pelo passado. Um dos teóricos que discutiu este aspecto foi Jacques Le Goff (2003: 14), para quem “o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta” (Le Goff, 2003: 13). Segundo Milton Santos (1994), antigos tempos homogênicos passam a coexistir e a interagir com tempos recentes.

A memória social estabelece, portanto, relações com a materialidade herdada do passado, mas o faz de acordo com as condições sociais do presente. Ou seja, uma foto, um edifício ou um documento são elementos de resgate da memória, porém o modo como esse resgate vai se dar depende das condições sociais do presente. O papel de um edifício na memória coletiva, portanto, depende, por lado da existência do próprio edifício, mas por outro da forma como as estruturas sociais interagem entre si e com o edifício. Assim, por exemplo, a troca de moradores do edifício em decorrência de um processo de reestruturação urbana, que modifica o uso do solo em certa área urbana, trará como consequência uma reestruturação da memória coletiva. Françoise Choay critica as cenografias urbanas formadas por edificações cujas fachadas são mantidas, mas cujo interior é demolido e destinado ao uso econômico ou turístico-cultural.

Sabe-se que a busca do passado reflete a emergência de uma nova relação entre os habitantes e certas regiões ou lugares, que implicam a memória coletiva, ainda que muito do que existia nas paisagens urbanas não mais exista como lembrou Abreu (1998: 77). Nesse sentido, vale relembrar o conceito de Pierre Nora sobre a memória:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (Nora, 1993: 9)

As imposições do mercado imobiliário sobre a dinâmica urbana induzem a processos de segregação sócio territoriais e, coerente com essa tendência, no mais das vezes, a política habitacional desenvolvida no Rio de Janeiro priorizou a transferência das populações de baixa renda para conjuntos habitacionais construídos em locais distantes do centro da cidade. Lugares sem infraestrutura urbana, transporte, escolas, posto médico e demais serviços, que abundavam na área central, muito valorizada desde que a legislação urbanística proibiu o uso residencial no centro para considerá-lo apenas como área de negócios, comércio e serviços administrativos.

No atual contexto, porém, o foco da dinâmica imobiliária se desloca para suas áreas centrais e pericentrais, como aponta Neil Smith (2007) Assim, o processo de valorização alcança parte dos edifícios, que integram o patrimônio cultural e que se encontram ocupados por moradores cuja renda não permite uma manutenção dos imóveis que garanta a sua preservação.

A recuperação física dos imóveis acaba implicando deslocamentos populacionais e perda dos vínculos orgânicos entre tecido social e tecido urbano. Neste sentido, a manutenção da identidade visual dos lugares de valor cultural acaba entrando em contradição com a manutenção de sua identidade.

O deslocamento de moradores pela gentrificação das áreas, implica em síntese na dissolução de vínculos culturais, cujos impactos não se restringem nem às áreas, nem aos setores sociais diretamente atingidos, mas tem rebatimentos indiscutíveis sobre toda a cultura urbana, afetando as relações intersubjetivas na cidade, na medida em que favorecem ao aparecimento de estado de anomia nas cidade, caracterizado pela falta consensos em torno de objetivos e regras coletivos, decorrente da perda das identidades coletivas, favorecendo ao aparecimento de fenômenos como alienação, racismo, preconceito social e outros que redundam em violência difusa, crônica e as vezes aguda.

Por isso, a formulação das políticas urbanas e de preservação patrimonial precisa considerar que não se pode restringir à preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico que constitui o suporte da memória, mas, quando se busca uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, é imprescindível incorporar também políticas que contemplem o tecido social que sempre ocupou aquele patrimônio construído.

Re-estruturar áreas degradadas, promover a conservação dos imóveis e a re-qualificação dos espaços públicos implica a integração destas áreas às necessidades da vida contemporânea. É indispensável que as novas destinações de uso sejam compatíveis com a morfologia, com a escala do bairro e com o desejo dos usuários que ali habitam. A história social urbana se escreve a partir da análise das cidades e de suas edificações, e, na cultura urbana é fundamental que edifícios outrora simbólicos, antigos palacetes ou simples residências operárias possam sofrer transformações valorizadoras de suas estéticas e que justifiquem seus novos usos, mas que não expulsem os residentes. Portanto, consideramos fundamental que esses usos sejam multifuncionais, ou seja, é insuficiente transformar a área em centro de serviços e de indústria criativa, como tem proposto o Poder Público, sem que haja também residências, pequenos comércios e incentivo ao artesanato mais característico da região.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício de Almeida. "A evolução urbana do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: IPP, 2013.

- ANAIS do I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1995.
- BACKHAUSER, Everardo. *Habitações Populares*, RJ, Imprensa Nacional, 1906.
- BARBE, Catherine. *Château Rouge – Paris Projet Quartiers Anciens: Approches nouvelles*. 1999, pp 153- 173
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1990. (Capítulo VI – Do Meio Ambiente).
- CASTRO, Sonia Rabello de. *O Estado na Preservação de Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar , 1991.
- CHASTEL, André. *Architecture et Patrimoine*. Paris: Imprimerie Nationale, 1994.
- CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris. Seuil, 1992.
- _____. *La règle et le modèle - sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme*. Espacements. Paris: éditions du Seuil, 1980.
- CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- FERREIRA, Alexandra. A prática da reabilitação urbana: Instrumentos Jurídicos. In: *Anais do I Encontro Luso- Brasileiro de Reabilitação Urbana- Centros Históricos*, Lisboa: Pelouro da Reabilitação Urbana 1995, pp 243-245.
- HALBWACCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.(1950)
- HARMS, Hans; LUDEÑA, Wiley; PEIFFER, Peter. *Vivir in el "Centro". Vivendas e inquilinato in metropolis latinoamericanas*. Hamburgo: Technische Universitat Hamburg, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.
- LEVEBVRE, Henri. *La Production de l'espace*, Paris: Anthropos 1974.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Patrimônio cultural e qualidade de vida: o bairro da Cruz Vermelha e adjacências. In: *Anais do IX Encontro Ibero-americano de Urbanismo*. Recife: PPGAU/Prefeitura da Cidade do Recife, 2000.
- _____. *Cultura e Habitação: propostas para a reabilitação na Área Portuária*. Campinas: *Vitruvius, arquitexto n. 113*, janeiro 2002. p p 4-10.
- _____. *Cruz Vermelha e adjacências: Um plano para a preservação da área*. *Cadernos do Patrimônio Cultural n. 3*, abril 1992, pp. 2-44
- _____. *Um novo conceito na Preservação do Rio*. In: *Cadernos do Patrimônio Cultural – nº 2*, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, abril 1992.

- _____. Patrimônio cultural x Habitação: um binômio possível. Trabalho Apresentado no 2º Encontro Luso Brasileiro de Reabilitação Urbana. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
- _____. Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da gentrificação. *Arquitextos* (São Paulo), Campinas -SP, v. 046, n.-, p. 46.03, 2004.
- MANUAL DE OBRAS em edificações Preservadas. Prefácio Evelyn F.W.LIMA Vol. 1. Rio de Janeiro: SMCT/DGPC, 1991
- MEDINA, Mérida Herasme; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. "Produto Interno Bruto por Unidade da Federação", Textos para discussão nº 677 e anexos, Rio de Janeiro, Ed: IPEA, outubro de 1999
- MESENTIER.L.M de. Patrimônio e Competição na Metrópole Contemporânea. Fórum Patrimônio : Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online), v. 1, p. 1-10, 2007.
- _____ A renovação preservadora: um ensaio sobre a gênese de um modo de urbanização no centro do Rio de Janeiro. In: V Encontro Nacional da ANPUR, 1995, Belo Horizonte. Anais do V Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995. v. 1. p. 123-143.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. São Paulo: *Projeto História n.10*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, 1993.
- ROCHA, Oswaldo; e CARVALHO, Lia. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro:1870-1929/ Contribuição ao estudo das habitações populares*: Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade /Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- SCHWEIZER, Peter (coord.) *Planejamento Participativo na reestruturação urbana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.